

A IMAGEM DE SANTO ANTÔNIO DO RELENTO: DEVOÇÃO NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Cesar Augusto Tovar da Silva

Mestre em História Social da
Cultura (PUC-Rio).
Professor de História da Arte e
Arquitetura (PUC-Rio)
Professor de História da Arte Sacra
(Faculdade de São Bento – RJ).
cesartovar@uol.com.br

Introdução

Santo Antônio (1195-1231) foi uma das devoções mais populares da América Portuguesa. Conforme Gilberto Freyre, nele se uniram “a Igreja e Portugal: as duas forças principais que formaram o Brasil, formando vários Brasis”¹. Considerando que no programa colonizador português colonizar implicava em formar tanto súditos quanto fiéis, a devoção a um santo lusitano, como Antônio, ia ao encontro de tal anseio, pois, de acordo com a cultura barroca vigente na época, conjugava sensibilizações em relação à religião católica e também ao reino português.

Na cidade do Rio de Janeiro colonial, a devoção antoniana esteve oficialmente ligada ao convento franciscano erguido no atual Largo da Carioca a partir dos princípios do século XVII, pois o monopólio de culto público, bem como de formação de confrarias sob a invocação dos principais santos da Ordem – São Francisco e Santo Antônio –, foi aos frades garantido pelo mesmo documento que lhes conferiu a posse das terras onde se estabeleceram.

E porquanto a dita Casa há de ser da Invocação de Santo Antônio, e o Padroeiro dos ditos Religiosos é S. Francisco, cujos Filhos são, dizendo-nos o dito Padre Custódio, que não era justo, que de nenhum dos ditos Santos houvesse Igreja, Ermida, Capela ou Altar na Terra, chamamos para este efeito aos Senhores Provisor Vigário Geral, e Oficiais das ditas Confrarias, como pessoas a quem isto mais particularmente pertence, os quais, ouvidas as razões do dito Padre Custódio, assim os ditos Senhores Provisor, e Vigário Geral de consentimento dos Oficiais, assim a Confraria do Seráfico Padre S. Francisco, situada na Sé desta cidade, como da de S. Antônio situada na sua Ermida ao pé do Monte, e juntos deram o seu consentimento a isto, e interpuzerão a sua autoridade, pela qual havemos todos por bem, que de hoje em diante se tirem, e acabem as ditas Confrarias, e se não possam de novo instituir em nenhuma Igreja da dita Cidade, ainda que seja convento de religiosos.²



Figura 1: Santo Antônio do Relento.

Foto: Acervo do Convento Santo
Antônio do Rio de Janeiro.

Foto: Alex Salim.

Diante disso, acredito ser o Convento de Santo Antônio um espaço significativo no qual o historiador pode encontrar imagens que o ajudem a compreender o significado de tal devoção na formação da cultura local.

Em 1608, sob a administração de Frei Estevão dos Anjos, se deu o lançamento da pedra fundamental do convento. Conforme seu próprio testemunho:

Em 4 de junho de 1608, véspera de "Corpus Christi", se lançou a pedra na igreja desta Casa de Sto. Antônio do Rio de Janeiro em cima pelo Sr. Administrador Mateus da Costa Aborim e o Capitão-mor e Governador da Cidade Afonso de Albuquerque e Martim de Sá seu antecessor, e o P. Reitor do Colégio de Jesus, que então era o P. Pedro de Tolêdo, e o P. Martim Fernandes, Vigário da Sé. Levaram em uma charola a pedra, e Sto. Antônio em cima em solene procissão, e acompanhamento do povo, estando presente o Ir. Frei Leonardo de Jesus, Custódio a segunda vez que aqui veio, sendo eu Frei Estevão dos Anjos Presidente, que fiquei correndo com as obras até me suceder o Ir. Frei Antônio da Madre de Deus, confessor, em 15 de dezembro de 1612.³

Esse documento talvez seja o mais antigo registro acerca de uma procissão antoniana na cidade. Significativo em sua descrição é o fato de sobre a pedra fundamental do convento ser transportada a imagem do santo, que presumivelmente seria a pertencente a uma antiga ermida de Santo Antônio aí existente e que dera nome ao morro. O simbolismo deste ato confere força à estrutura sob a qual se erguerá o convento, por sua vez símbolo da obra franciscana na cidade.

Em concordância a essa ideia, antigamente podia-se ler pintadas no forro do salão da portaria as seguintes palavras, tiradas do Ofício de Santo Antônio: *Domus ab Antonio / supra petram posita / firmiter perstabit*, ou seja, "A casa de Antônio / a colocada sobre a pedra / firmemente persistirá".⁴

Em 8 de dezembro de 1616 foi inaugurada a capela-mor. Segundo frei Basílio Röwer, o altar, embora sem retábulo concluído, não deve ter ficado vazio. Portanto, segundo suposição do mesmo historiador, a imagem aí colocada deve ter sido a mesma que fora



Figura 2: Santo Antônio do Relento. Detalhe. Foto: Acervo do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro.

transportada na procissão solene por ocasião do lançamento da pedra fundamental, oito anos antes, e da qual, infelizmente, não se possui mais vestígios.

Em 1621, época em que os retábulos originais da igreja haviam sido recém concluídos, o então guardião do convento, frei Luís de Santo André, incumbiu um religioso leigo da casa, considerado "perito nesses trabalhos"⁵, a fabricar uma imagem do santo padroeiro para ser colocada no altar-mor. Conforme foi registrado numa das páginas antes do termo de abertura do primeiro livro do Tombo do convento: "Em 1621 se colocou a imagem de Santo Antônio, o corpo feito por um religioso leigo porteiro, e a cabeça por um, que pediu uma esmola para jantar, como se vê no Cartório do Convento."⁶

Apesar desse registro, a tradição acabou por conferir à imagem uma origem de caráter miraculoso. Sobre isso, no início do século XIX, Monsenhor Pizarro escreveria em suas "Memórias históricas do Rio de Janeiro" (1820-1822):

Referiram escritos antigos de pessoas dignas de fé, e a tradição constante confirma, que formando um religioso capucho o corpo da existente imagem de S. Antônio, nunca lhe pôde ajustar alguma das cabeças, que fizera, por saírem ou maiores, ou menores, da medida: e tocando em certa noite a campainha da portaria, se achara aí a cabeça do santo, que levada com grande admiração dos religiosos, perfeitamente se uniu ao corpo, como obra fabricada por mãos sobrenaturais.⁷

Iconograficamente, a imagem foi construída à maneira da maioria das imagens antonianas da colônia: hábito franciscano, cordão com três nós (simbolizando os votos de pobreza, castidade e obediência), sandálias e tonsura. No braço esquerdo, segura o Menino Jesus, em pé sobre o livro. Conformese lê no terceiro tomo do *Agiologio Lusitano*, escrito por Jorge Cardoso e publicado em Lisboa em 1666, a maioria das imagens do santo em Portugal era representada desta maneira:

em muitas com as mãos ambas ocupadas, numa a Cruz, e ramo de açucenas, em sinal de sua incorrupta pureza, e das maravilhas raras, que obrou em virtude deste sacrosancto Lenho, e noutra o Menino Jesu

sobre o Breviário, o qual muitas vezes se vinha regalar entre seus braços.⁸

Com 1,10m de altura, a imagem do convento foi feita em barro queimado e policromado. À semelhança de muitas esculturas feitas na colônia no mesmo período, o santo foi representado de forma rígida. No conjunto, a única sugestão de movimento deveria ser conseguida pelos braços esticados do Menino Jesus em direção a Santo Antônio. Tal ideia, porém, pode ficar comprometida em função da roupa com que se veste a criança e que, tradicionalmente, é trocada por ocasião da festa de Santo Antônio a cada 13 de junho. O distanciamento entre as duas figuras também não contribui para provocar o sentimento de ternura, próprio deste tipo de iconografia. (FIG. 1).

Apesar dos antigos registros acerca da dupla autoria da imagem, o olhar atento aos detalhes do rosto do santo em comparação ao do Menino Jesus permite colocar a tradição em dúvida, pois os traços fisionômicos, sobretudo olhos e bocas, se assemelham em feição e expressão. (FIG. 2. 3)

O santo foi moldado tendo suas duas mãos segurando o livro, seu atributo de sábio e pregador. Logo não foi feita para segurar outros objetos, seja a cruz ou o lírio, conforme sua iconografia tradicional. No entanto, antigos relatos e fotos mostram que, ao santo já foi dado a segurar um bastão ou mesmo a cruz, como atualmente se apresenta.

O fato de estar exposta do lado de fora há quase 300 anos contribuiu, sem dúvida, para seu grande desgaste. O vidro que a protege em seu nicho não deve ter estado sempre lá. São visíveis os sinais do desgaste em todo o trabalho de pintura. O Menino Jesus, por exemplo, parece estar danificado na altura do pescoço.

Conforme o registro de uma foto antiga, é possível perceber que, no último século, houve intervenções na imagem: a cor do cabelo do Menino Jesus foi mudada. Já foi escuro e na última intervenção, lhe deixaram loiro. A carnção feita com cor pálida, amarelada, acentuou o ar oriental que os olhos semicerrados do santo lhes conferem. (FIG. 4).

A aura mística conferida à imagem na conclusão de sua feitura foi reforçada em princípios do século XVIII, por ocasião do ataque



Figura 3: Santo Antônio do Relento. Detalhe da imagem do Menino Jesus. Foto: Acervo do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro.



Figura 4: Santo Antônio do Relento.
Foto: Acervo do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro.

francês à cidade empreendido por Jean François Duclerc. Na ocasião, a imagem, que desde o princípio do século não estava mais no altar mor, recebeu do governador Francisco de Castro Morais a patente de Capitão de Infantaria⁹ e foi devidamente colocada sobre a muralha do convento para que, dessa posição, pudesse presidir a luta contra os invasores. Nas mãos, a imagem portava um bastão doado ao santo em 1705 pelo General Sebastião da Veiga Cabral, após a luta contra os espanhóis na Colônia do Sacramento.¹⁰

Vencidos os franceses, a imagem passou a ocupar o frontispício da igreja e, diante dela, manteve-se sempre acesa uma lamparina durante a noite.¹¹ Em 1779, com a reforma da entrada da portaria, construiu-se o nicho onde está a imagem até os dias de hoje. Por ficar do lado de fora da igreja, a imagem ficou conhecida como Santo Antônio do Relento ou Santo Antônio da Garoa.¹²

O santo, entretanto, já era considerado guerreiro antes da invasão francesa de 1710. Em Portugal, seu caráter militar remete aos tempos da União Ibérica (1580-1640), como elemento de afirmação nacional na luta contra a dominação espanhola. Na América portuguesa, tal atributo se acentuou durante os conflitos e invasões estrangeiras, em especial contra os holandeses em Pernambuco e Bahia, os franceses no Rio de Janeiro e os espanhóis na Colônia de Sacramento.

Como militar, Santo Antônio foi promovido a vários postos, tanto em Portugal quanto na colônia, onde ocupou postos militares em Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. No Rio de Janeiro, sua primeira promoção foi a Capitão de Infantaria, com direito a soldo, conforme atesta a Carta Régia de D. João V dirigida ao provedor da Fazenda e datada de 1711.

Havendo Visto o q me escrevestes em Carta de treze de Novembro do anno paçado em Como nas Vesporas do asalto que deram os Francezes nessa Praça Achandos-se o Povo della em Grande Confuzão Vendo tam Visinho o Inimigo e tão imprepido se Recorrera também aos Sanctos e Se mandara nesta ocasiã Sentar Praça de Capitã tendoa ja de Soldado o Glorioso Sancto Antonio mostrando se q neste comflicto desempanhara bem a abrigação de Seu posto. Me pareceo dizervos fui servido de aprovar esta Praça

que se deu a Sancto Antonio de Capitam de Infantaria
Com declaração q a importancia destes Soldos se
apliquem para a Sua festa e ornato da Sua Capella
Cujos Soldos ham de ser os mesmos que se pagam a
dinheiro aos mais Capitans...¹³

Embora não seja interesse maior desse estudo se deter na questão das invasões francesas à cidade, devo aqui acrescentar que a defesa local diante do ataque promovido por René Duguay-Trouin, em setembro de 1711, não teve o mesmo êxito do ano anterior, sendo a cidade saqueada e o convento invadido. Quanto a isso, é interessante notar que no Livro do Tombo do Convento de Santo Antônio o registro relativo à invasão de 1710 é minucioso, enquanto o relativo à de 1711 é sucinto.

Conforme a Carta Régia acima citada, o soldo pago ao santo era destinado à realização de sua festa¹⁴ e ao ornato de sua capela. Esta havia sido concluída durante o guardianato de Frei Antônio do Calvário, em 1615. Um século depois, a conquista dos recursos, com destinos claramente observados pelo rei, exigia obras de melhorias na dita capela, o que pode ajudar a explicar a reforma empreendida nesse espaço durante o guardianato de Frei Lucas de São Francisco, entre 1716 e 1719, e que lhe conferiu a feição barroca, sobretudo através de uma rica talha dourada.

Em 1729, o Provincial da Província da Imaculada Conceição, como representante dos religiosos do convento, solicitou junto a D. João V, o aumento do soldo, alegando que o santo recebia a metade dos soldos pagos a outros capitães. Em resposta, o rei ordenou ao provedor da Fazenda Real "pagar a este Santo capitão quarenta cruzados de soldo por mez, como se pratica com os mais capitães dessa praça."¹⁵

A administração do soldo, porém, não esteve desde o começo a cargo dos religiosos, mas cabia ao provedor da Fazenda Real. Este, entretanto, suprimia elementos necessários ao cerimonial litúrgico e autorizava ornamentos caros, que os religiosos não consideravam condizentes com a pobreza característica da Ordem. A insatisfação dos religiosos diante da intromissão do provedor na administração do soldo e em questões que afetavam o funcionamento do ritual litúrgico aumentou em função do não pagamento de soldos durante alguns anos. Diante disso, os capuchos pediram a intervenção de seu procurador em Lisboa junto ao rei. Em 1751, D. José I decidiu-se a favor dos pedidos dos religiosos, ordenando que a administração dos soldos ficasse a cargo do síndico do convento:

Mas por ser de minha Real Intenção, que o pagamento dos Soldos do Senhor Santo Antonio prefira a outra qualquer obrigação, assim como se pratica neste Reyno; me pedia fosse servido mandar se pague tudo o que se estiver devendo do dito Soldo ao Syndico do Convento, para que este o applicasse na forma sobredita [a festa e ornato de sua Capella], em que se não poderá intrometter daqui em diante o Provedor de minha Fazenda, mas só mesmo Syndico; e sendo visto o seu requerimento, e o que sobre elle responde o Procurador da minha Fazenda. Me pareceo ordenarvos que façais satisfazer o que estiver devendo destes Soldos, applicando-o ao Ornato da Capella de Sancto Antonio, no que vos parecer necessario, ouvindo ao Guardião do Convento.¹⁶

A partir dessa decisão o convento passou a receber o soldo regularmente, dividido em três parcelas ao longo do ano. Em 1810, Santo Antônio foi promovido pelo príncipe regente D. João a sargento-mor e, em 1814, a tenente-coronel. No mesmo ano, foi também condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo e, embora não haja registro de data, D. João também ofertou ao santo seu próprio bastão.

No início da República, com a separação entre o Estado e a Igreja, houve discordância acerca da manutenção do pagamento dos soldos ao santo. Em 1890, o Marechal Floriano Peixoto decidiu que o soldo continuasse sendo pago, enquanto não fosse anulado o decreto de 1814. Somente em 1911, já instalada a República, o santo deixou de receber soldo.

Notas e referências

¹ FREYRE, Gilberto. *A propósito de frades*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959. p. 16.

² RÖWER, Basílio (OFM). *O Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro*. Sua história, memórias, tradições. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 25.

³ Idem, p. 32.

⁴ Idem, p. 31.

⁵ Idem, p. 258.

⁶ Idem, p. 259.

⁷ ARAUJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio e Janeiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945/51. p. 194.

⁸ CARDOSO, George. *Agiologio lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do reino de Portugal, e suas conquistas*. Tomo III. Que comprehende os dous meses de Maio, & Junho, com seus commentarios. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666. p. 680.

⁹ Se Santo Antônio, nessa ocasião, foi promovido a Capitão era porque já tinha assentado praça militar na cidade. Porém, não se sabe quando. Cf. RÖWER, op. cit., p. 262.

¹⁰ Idem, p. 267.

¹¹ SARTHOU, Carlos. *Relíquias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1965. p. 121.

¹² SOARES, José Carlos de Macedo. *Santo Antônio de Lisboa militar no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 67.

¹³ Idem, p. 81.

¹⁴ Comemorada anualmente no dia 13 de junho e precedida por uma trezena.

¹⁵ SOARES, op. cit., p. 82.

¹⁶ Idem, p. 83-84